

“SE ESSA PRAÇA, SE ESSA PRAÇA FOSSE NOSSA...”: espaços públicos e possibilidades para o lazer dos jovens de Caçador/SC ¹

ANA MARA SOLETTI ROTTA²

1. INTRODUÇÃO

Tem crescido a atenção dirigida aos jovens nos últimos anos no Brasil, tanto por parte da “opinião pública” e de atores políticos, quanto de instituições governamentais e não governamentais, o que se reflete junto aos meios de comunicação de massa. Da televisão à grande imprensa escrita, assistimos a uma avalanche de produtos no mercado destinados ao público jovem, onde os temas normalmente são cultura e comportamento: música, moda, estilo de vida, esporte e lazer.

Essa não é a única face da questão, pois em contrapartida, quando os jovens são assunto em outras editorias, especialmente nos noticiários, os temas mais comuns são aqueles relacionados aos “problemas sociais”, como violência, drogas, crime, ou às medidas para diminuir tais problemas. Seja considerando o jovem como problema ou como potencial de mercado, o lazer é sempre colocado como alternativa de solução.

-
- 1 Artigo produzido a partir de dissertação de mestrado apresentada ao PPGEF/UFSC em 06/11/2009 (ROTTA, 2009), sob orientação do professor Giovanni De Lorenzi Pires. Esse texto foi originariamente publicado na Revista Licere (CELAR/UFMG, Belo Horizonte, v.13, n.2, jun/2010). Agradecemos aos seus editores por permitirem a reprodução do artigo nessa coletânea.
 - 2 Profa. da Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), em Caçador/SC. Graduada em Educação Física/UFPR; Mestre em Educação Física/PPGEF-UFSC.



Quando se tem o intuito de pesquisar os jovens, é preciso olhar a sociedade através do seu cotidiano e ver de que forma a sociedade se traduz na vida dos indivíduos. Isso implica em considerá-los com experiências próprias, influenciadas por circunstâncias históricas e sociais específicas (PAIS, 2003). A abrangência e diversidade dos estudos mostram a importância que o tema assume no meio acadêmico e a necessidade de novos estudos. Diante da relevância dessa temática, a pesquisa buscou compreender como jovens da cidade de Caçador/SC apropriam-se e (re)significam espaços e equipamentos públicos de lazer em suas práticas de tempo livre. Assim, considerando as relações entre espaços, juventude e lazer, questiona-se: *como o lazer, em suas diversas dimensões culturais, manifesta-se como prática social de jovens de diferentes contextos sócio-econômicos em espaços públicos da cidade de Caçador/SC?*

A intenção de pesquisar os jovens e o lazer em Caçador tem como motivações, além do trato acadêmico cotidiano com a temática na formação de professores de Educação Física, o olhar curioso de professora sobre “jeitos” e atitudes, ao rever ex-alunos do ensino fundamental de escolas; também da constatação de colegas professores a respeito do conteúdo das aulas de Educação Física para esses jovens e o quanto é difícil motivá-los, resumindo o conteúdo tão somente ao esporte ou a “aulas livres”. Ainda, como cidadã e moradora (AMSR) da cidade de Caçador-SC, preocupam as formas de ocupação de espaços ou a falta deles para jovens em seu suposto momento de lazer. O que eles gostam ou gostariam de fazer em seu lazer? Será possível não ouvir mais o tradicional: “aqui não se tem nada para fazer...!!!”? A cidade está organizada estruturalmente para que o lazer possa ser usufruído pela população e em especial pelos jovens?

A pesquisa entende possuir também relevância política, contribuindo com informações concretas para que os gestores públicos possam intervir positivamente na criação e destinação adequada dos espaços existentes na cidade de Caçador/SC, para que a população em geral e especialmente os jovens das classes socio-econômicas empobrecidas possam ter acesso a eles. Também pelo fato de que não existem dados que apontem para a real necessidade de equipamentos ou programas permanentes e orientados para o lazer dos jovens. Desta forma, os dados e as discussões pertinentes poderão vir a contribuir tanto na formação dos professores de Educação Física quanto em projetos de políticas e ações públicas municipais.



2. CARACTERIZAÇÃO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Do ponto de vista metodológico, trata-se de um estudo observacional-descritivo (BOGDAN e BIKLEN, 1994), que envolveu diferentes estratégias e recursos para a coleta de dados: foi feita observação direta em duas praças da cidade de Caçador (aproximadamente 25 horas em ambas as praças), com anotações em um diário de campo e registros em fotografia. Os locais foram definidos por comportarem relativa frequência de jovens, em diferentes locais da cidade, no período que os jovens frequentam a escola e em período de férias escolares em dias e horários diferenciados. Numa segunda etapa da pesquisa (limitada agora aos jovens frequentadores da praça Henrique Julio Berger, conforme explicação a seguir), foram aplicados questionários com o objetivo de reunir elementos que pudessem caracterizar os jovens em questão: foram devolvidos 37 questionários, sendo 17 de jovens do sexo feminino e 19, do masculino (um respondente não marcou a opção: sexo), com idade entre 13 e 19 anos, todos residentes no bairro da praça Henrique Júlio Berger ou em bairros próximos.

Na sequência, visando aprofundar as interpretações específicas sobre temas que surgiram nas respostas dos questionários, foram promovidas discussões mais detalhadas na forma de grupo focal, com estudantes de uma turma noturna do EJA (Educação de Jovens e Adultos), recorte esse que desconsiderou a condição da escolaridade, centrando-se no fato de que os participantes eram jovens trabalhadores, moradores em diferentes bairros da cidade, sendo nela que vivem e fruem seu tempo livre. O grupo foi constituído por 8 jovens do sexo masculino e 7 do feminino, com idade entre 19 e 35 anos.

O procedimento utilizado para análise das falas/escrituras dos jovens foi a *análise de conteúdo*, uma técnica de pesquisa oferecida pelas ciências humanas, sistematizada por Bardin (2009). Caracteriza-se como uma atitude de vigilância crítica, na qual se nega uma leitura simples do real, procurando fazer uma compreensão dos fatos (ou das mensagens comunicativas) para além dos seus significados imediatos. Uma das peculiaridades essenciais desta técnica é que ela permite que se estudem os conteúdos manifestos nas comunicações entre as pessoas. Existem várias modalidades de *Análise de Conteúdo* e dentre elas a *Análise Temática*, opção adotada para a discussão dos dados por ser considerada a mais



apropriada para o estudo, centrado em temas geradores definidos preliminarmente (lazer, jovens, políticas públicas): “Fazer uma análise temática consiste em descobrir os *núcleos de sentido* que compõem uma comunicação, cuja *presença* ou *frequência* signifiquem alguma coisa para o objeto analítico visado” (MINAYO, 2006, p. 316). Neste sentido, relacionando a base conceitual e os dados do campo, foram identificados *eixos temáticos* que serviram de guia para as respectivas análises.

Tanto a aplicação dos questionários quanto a participação no grupo focal foram autorizadas por assinatura de termo de esclarecimento e consentimento. No caso dos menores de 18 anos, os termos foram assinados pelos pais ou responsáveis. Os participantes do grupo focal autorizaram ainda a filmagem e registro do áudio das conversas. A pesquisa foi aprovada pelo comitê de ética da UnCCaçador.

A cidade em questão é Caçador, localizada no meio oeste catarinense, sendo sua colonização predominante italiana. Ocupa uma área da unidade territorial de 982 km² e dista 400 Km da capital, Florianópolis. A contagem da população em 2007 foi de 67.556 habitantes, que vivem com um PIB/per capita anual de R\$ 15.396,00 (IBGE, 2009).

Quanto aos espaços públicos destinados ao lazer da população, a cidade conta com o Parque das Araucárias, destinado a shows e grandes eventos, uma ciclovia que circunda parte da área central da cidade, seis praças distribuídas na região central bairros próximos, sendo que duas delas foram, inicialmente, selecionadas como objeto deste estudo, as praças Henrique Júlio Berger e Ulipe Dalmas, descritas mais adiante. Para constituir um quadro teórico-conceitual de referência, que permitisse interpretar o cotidiano observado e situá-lo no campo dos estudos sobre a temática – juventude/lazer/espaços/equipamentos/políticas públicas – foi procedido um levantamento em produções acadêmicas do campo da Educação Física (dissertações, teses, artigos) que tratam do assunto. Após a análise de vinte e três trabalhos encontrados, é possível identificar que algumas considerações são recorrentes, entre elas:

- a) a afirmativa de que a população precisa ser ouvida ao se planejar políticas públicas para o lazer, existindo distância entre o planejar e o agir;
- b) que a herança do período militar tirou a cultura de participação das comunidades;

- c) utilização do futebol como participação de massa;
- d) que o lazer é uma opção política fraca diante do conjunto de necessidades e a retração do poder público abre espaço à iniciativa privada;
- e) a importância dos espaços de lazer na natureza enquanto necessidade de socialização e qualidade de vida;
- f) a garantia do acesso aos equipamentos de lazer por parte do poder público ao construir espaços e equipamentos destinados ao lazer que por vezes parte de uma visão funcionalista.

3. OS JOVENS E SUAS PERCEPÇÕES SOBRE O LAZER EM CAÇADOR: DISCUSSÃO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS DO CAMPO

Do mesmo modo que cresce a diversidade de conceitos a respeito do lazer, cresceu muito também a visibilidade desta temática, no Brasil, nos últimos anos. Werneck e Melo (2003) atribuem alguns motivos a este fato. Um deles é a compreensão de que o âmbito da cultura é um foco central de interesse, tanto no que se refere à manutenção quanto à busca de uma nova ordem social, já que se entende que o avanço tecnológico acabou por fortalecer o poder e alcance da cultura de massas e a difusão de compreensão de cultura inserida na lógica da sociedade de consumo. Outro motivo é o aumento das iniciativas governamentais relacionadas à temática, embora ainda sejam muitos os problemas; e também ao desenvolvimento de uma forte e crescente “indústria do lazer e entretenimento”, apontada como promissora fonte de negócios; por fim, os questionamentos acerca da assepsia da sociedade moderna, construída a partir da centralidade e valorização extrema do trabalho enquanto dimensão fundamental dos seres humanos.

Neste sentido, consideramos para este estudo o conceito expresso por Marcellino (1987), para quem, com base no pensamento gramsciano, lazer é poder ser considerado como “a cultura – compreendida no seu sentido mais amplo – vivenciada (praticada ou fruída) no ‘tempo disponível’ ” (p. 31). O mesmo autor, em texto mais recente (2007-a), amplia este entendimento, sem contudo abandonar o eixo da cultura como centralidade para o lazer:



Cultura vivenciada (praticada, fruída ou conhecida), no “tempo disponível” das obrigações profissionais, escolares, familiares, sociais, combinando os aspectos tempo e atitude. [...] É fundamental como traço definidor o caráter “desinteressado” dessa vivência (p. 11).

Não menos relevante é o tema das políticas públicas de lazer, especialmente quando se trata do espaço urbano, isto é, as políticas públicas de lazer nas cidades. Isso porque o lazer é um fenômeno tipicamente fruto da sociedade urbana e industrializada contemporânea. Neste sentido, vale destacar um dos aspectos referidos por Marcellino que é relativo à questão dos espaços e equipamentos para o lazer. Na encruzilhada representada pela norma constitucional de que o lazer é um direito social, isto é, um direito do cidadão e um dever do estado, o tema das políticas públicas urbanas de lazer deve considerar bem mais do que a criação e oferta de espaços e equipamentos públicos por parte do estado. Envolve, sobretudo, a definição de estratégias que possam democratizar as decisões e realizações públicas, de forma participativa, a respeito do lazer da sociedade, garantindo acessibilidade e gratuidade (MENICUCCI, 2006). Carmargo (2006, p. 37) define políticas públicas de lazer como sendo um “conjunto de valores e metas de uma sociedade com relação ao seu próprio bem-estar dentro do chamado tempo livre.”

É oportuno partir de um diagnóstico de necessidades ao elaborar a política de lazer, por meio de tópicos que incluem justificativas, pressupostos, princípios, prioridades, metas, objetivos, diretrizes, recursos, estratégias, mecanismos de avaliação, cronograma, entre outros, para que “política de lazer” não seja confundida com uma simples listagem de eventos que costumam compor o “calendário anual” de um determinado órgão responsável por essa área de serviço (BRUHNS, 1997). A produção de uma Política de lazer na cidade voltada para a juventude deve considerar a especificidade do jovem em relação aos seus interesses e suas necessidades.

Pesquisas de opinião revelam de forma indireta a importância que o lazer tem na vida das pessoas. Essa “ressonância social” do lazer é diferente dos “temas sérios”; somam-se a isto os preconceitos no setor público e nos meios acadêmicos quando o lazer envolve liberação de recursos.

Apesar disso, o lazer é um direito constitucional assegurado a todos os cidadãos. Embora não exclusivamente, é no tempo do lazer que são vivenciadas

situações geradoras de valores “revolucionários”; são reivindicadas formas de relacionamentos sociais mais espontâneas, convivência com a natureza ao invés do domínio sobre a mesma por gente comum, que trabalha, luta para trabalhar, mas que também faz questão de preservar a alegria, quase sempre impossível no ambiente de trabalho, pela rotina, pela exploração. Conforme Marcellino (2007-b), é uma questão de cidadania, de participação cultural (atividade não conformista, mas criativa e crítica). Dessa perspectiva, a cidade deve ser administrada para todos, entendendo ainda que é o ser humano que dá vida às cidades.

Também se destaca a aplicação do conceito moralista de lazer e que esse, por sua vez, é um bem que se encontra na disputa de poder (MARCELLINO, 2007-b; MELO, 2006); que a mídia e o lazer hoje estão estreitamente ligados (HACK, 2005) e que a educação pelo lazer é uma das formas de exercício de cidadania (LOMBARDI, 2005).

Quanto aos jovens é possível identificar na base consultada formas diversas de organização e expressão. É fato que eles precisam de espaço como cidadãos; que a representação da juventude é voltada ao assistencialismo ou resolução de problemas e a música se institui como marca da juventude (DAYRELL, 2003).

3.1 DIAGNÓSTICO DAS PRAÇAS

Começamos este tópico pela descrição dos dois espaços públicos observados na primeira parte do estudo, isto é, as duas praças. A praça Henrique Julio Berger se localiza no bairro de mesmo nome e é próximo ao centro da cidade. A praça é bastante arborizada e limpa, apesar de dispor de apenas seis lixeiras. O local conta com alguns equipamentos de lazer como parque infantil, mesas para jogos e espaços destinados, sobretudo, à prática de atividades esportivas. Ao observar o cotidiano na praça durante o dia, percebe-se que é um local de estar com os amigos ou fazer novas amizades, por meio de um jogo de futebol, reunindo crianças, jovens e adultos, que utilizam até chinelos como traves, se for necessário.

Também se observou manifestações da prática de capoeira por parte de crianças menores (entre 7 e 10 anos). É notória e regular a presença de homens mais velhos que diariamente jogam dominó. Eles se dizem satisfeitos com as mesas que a Prefeitura colocou na praça e que jogar “é o trabalho deles”. Uma característica marcante desta praça é que se trata de um local essencialmente masculino.



A caracterização do outro espaço, a praça Ulipe Dalmas, popularmente conhecida como “Beira-Rio”, igualmente se deu pela observação no local e fotografias. Além de local de passagem, este espaço concentra um grande número de jovens nos finais de semana. Nestes dias, eles ocupam os espaços de um mirante, posto de gasolina em frente e os muros baixos ao longo da rua. O lazer observado fica por conta de ouvir música encostados nos carros, beber, fumar, namorar, conversar e estar com os amigos nos finais de tarde de sábado e domingos - nos domingos pela manhã, é grande a quantidade de garrafas jogadas na margem do rio e na rua. A este cenário misturam-se pessoas que caminham e as crianças que andam de bicicleta, já que o espaço dispõe de ciclovia, mas é preciso saber “costurar” para andar por ali. Percebe-se que as pessoas que desejam estar com a família normalmente ficam distantes dos grupos de jovens.

Durante os dias de semana, no início da manhã, a praça recebe muitas pessoas que caminham, correm ou pedalam e alguns que ficam nos bancos à espera do transporte coletivo. O equipamento de ginástica que há na praça não foi utilizado em nenhuma das observações realizadas. Talvez as pessoas sintam-se constrangidas ou não saibam como utilizar o equipamento.

Após as primeiras observações de campo, optou-se por abandonar este campo da pesquisa, sem fazer entrevistas com os jovens frequentadores devido aos fatos constatados irem de encontro com as intenções da pesquisa, pois estes só utilizam a praça em finais de semana e suas atividades de lazer limitam-se aos namoros, batepapos e consumo de cigarros e álcool.

Quanto aos demais “achados” da pesquisa colhidos nos questionários e grupo focal, e tendo como base de referência um conjunto de estudos realizados no campo da Educação Física que envolveram as temáticas aqui abordadas, pode-se perceber que não há grandes divergências. Os jovens demonstram ter consciência da importância e do direito ao lazer, entendendo-o sobretudo como possibilidade de socialização no seu tempo livre. Entretanto, entre o que dizem desejar e o que declaram realmente realizar como práticas de lazer, há diferenças decorrentes principalmente da questão econômica, que exerce limitação, por exemplo, aos seus desejos de viajar, assistir a shows musicais, passear em *shopping* (não há *shopping* na cidade). Atividades físico-esportivas, o batepapo com os amigos e ouvir música (em aparelhos eletrônicos) terminam ocupando a maior parte do tempo disponível dos jovens.

A seguir, destacam-se as reflexões decorrentes dos eixos temáticos adotados, a saber: a) aspectos positivos em relação aos espaços/equipamento de lazer; b) lacunas e limitações nos espaços/equipamentos e ações públicas de lazer; c) sobre as formas de (não) participação dos jovens nas políticas públicas de lazer.

3.2 ASPECTOS POSITIVOS EM RELAÇÃO AOS ESPAÇOS/EQUIPAMENTOS DE LAZER

Em relação à praça Henrique Júlio Berger, há por parte dos jovens o reconhecimento de que se trata de um espaço público significativo para as suas práticas de lazer. Eles a tem como um local com razoáveis condições para encontros e batepapos com amigos, o que acontece com segurança, ainda que não haja policiamento constante no local. A arborização, o ajardinamento e os bancos possibilitam certa comodidade aos encontros, à sombra.

Além disso, a diversidade de equipamentos destinados ao lazer a diferentes faixas etárias promove um saudável encontro de gerações. Os jovens destacam que as instalações esportivas e mesmo outros espaços da praça que podem ser utilizados para a prática de jogos de futebol funcionam como um elemento de atração de pessoas de várias idades, que se encontram ali quase cotidianamente. Também destacada pelos jovens é a presença de senhores de maior idade das comunidades do entorno da praça, que praticamente todos os dias, pela manhã ou pela tarde, vêm a ela para se encontrar e jogar dominó. Neste sentido, os jovens entendem que as condições dos espaços e equipamentos para essa demanda específica estão adequadas.

Com relação ao parque infantil, os jovens consideram que os brinquedos são adequados e interessantes para o lazer das crianças, demonstrando todavia preocupação com a qualidade da manutenção dos mesmos, tendo em vista a segurança das crianças. Da mesma forma, destacam a ausência de cercas ao redor do parque, o que preocupa as mães que levam seus filhos à praça e exige delas redobrada vigilância.

Em relação à praça Ulipe Dalmas (Beira-Rio), os jovens destacam apenas a estação para fazer exercícios e pelo telefone público. O grupo, como um todo, não demonstrou simpatia pelo o lugar e deixou de lembrar, por exemplo, a ciclovia e o local para caminhadas. Há, no caso, claramente uma não apropriação do espaço (e equipamentos) pela comunidade. A praça é



percebida mais como um local de passagem, talvez porque se estenda entre o rio e a rua; ou, também, porque os jovens que normalmente a utilizam nos finais de semana são acusados, reservadamente, de consumirem drogas no espaço, o que afasta as famílias e mesmo os jovens que não tem envolvimento com esses produtos.

3.3 LACUNAS E LIMITAÇÕES NOS ESPAÇOS/EQUIPAMENTOS E AÇÕES PÚBLICAS PARA O LAZER

A par de considerarem razoáveis e adequadas as condições para o lazer na praça Henrique Julio Berger, os jovens da pesquisa não se recusam a apontar os limites e lacunas existentes para que o espaço seja melhor. Neste caso, para facilitar a reflexão, divide-se as sugestões em: i) instalações/equipamentos esportivos; ii) infraestrutura geral; iii) ações do poder público.

Em relação à instalações/equipamentos esportivos, a principais limitações apontadas são: falta de manutenção dos equipamentos (piso da quadra, traves, etc.); ausência de materiais como bolas e redes a serem disponibilizadas aos praticantes; pista de caminhada/corrida sem revestimento, o que dificulta o uso em períodos de pós-chuva, além de não oferecer segurança aos usuários. A exemplo da praça Beira-Rio, também reivindicam para o local uma estação fixa para prática de exercícios físicos. Há ainda a solicitação de construção de espaço próprio para a prática dos esportes radicais, como uma pista de skate, bike e patinação.

No que se refere às questões de infraestrutura geral, banheiros em condição de uso têm uma enorme relevância para todos eles. A falta de manutenção das instalações da praça, especialmente o parque infantil, como já foi referido, e da iluminação pública também são lembrados, sendo apontados como responsáveis pelo favorecimento à ação de vândalos. Outros itens foram mencionados como sendo oportunos, como a instalação de brinquedos novos e diferentes no parque e um local coberto para os idosos jogarem dominó e baralho em dias de chuva ou muito sol.

A preservação da natureza e dos equipamentos por parte dos frequentadores preocupa de modo especial todo o grupo. Esses fatos não são exclusivos da cidade de Caçador/SC. São anunciados também no trabalho de Ferreira (2003). A autora ressalta que todo equipamento de lazer deve prever investimentos para sua construção, manutenção e animação. Ao investir na criação e

revitalização dos espaços a administração tenderia a diminuir os investimentos, pois isso faria com que a população se apropriasse do local, tornando-se agentes voluntários, vigilantes que evitam o mau uso, invasões e depredação.

Outro trabalho que faz referência ao assunto é o de Melo (2002). O autor questiona se o fato de o público não preservar os espaços não se daria pelo fato de que não identifica o espaço como seu? É incoerente pensar que os órgãos governamentais investem muito dinheiro, que o cidadão paga e não pode acessar e usufruir com frequência os espaços de lazer. Sugere então, a co-gestão. Isso quer dizer que os governantes recebem uma procuração para administrar, mas não para os cidadãos e sim em conjunto com eles.

Por fim, os jovens também fazem indicação de ações do poder público que poderiam melhorar as condições de lazer na praça. Neste sentido, apontam para a importância de existir uma programação esportiva que mobilize mais os usuários da praça, com torneios e campeonatos, com a presença de profissionais da área de Educação Física que possam organizar as atividades, passar informações, orientar a prática esportiva, a recreação infantil, os jogos de mesa, promovendo ainda novas atividades como caminhadas orientadas, ginástica, etc. Enfim, reclamam da ausência de projetos de lazer e de incentivo ao esporte nos espaços públicos e a existência de profissionais para orientar as atividades.

Isso permite retomar o fato de que, durante as observações na praça Beira-Rio, em nenhum momento foi constatado o uso do equipamento para ginástica. Talvez as pessoas sintam-se constrangidas ou não saibam como utilizar o equipamento. Neste caso, não basta tê-lo, é preciso garantir sua utilização. As pessoas precisam ser motivadas e informadas acerca das possibilidades de uso dos equipamentos e um profissional da área seria útil nesse processo.

Neste sentido, as falas dos jovens vão ao encontro de alguns autores que apontam para a necessidade da animação cultural nos espaços de lazer. Fato este que nos remete a fazer uma reflexão acerca do processo de formação profissional, tendo em vista que na Universidade da cidade há um curso de Educação Física. Os profissionais, de um modo geral têm uma visão do lazer restrito à idéia de atividade e às possibilidades práticas proporcionadas por ela; além disso, “o mercado é o regulador do tipo de profissional a ser formado, vendo o lazer e o esporte como ‘mercadorias’ a serem consumidas no tempo disponível, inclusive de uma perspectiva de controle social.” (MARCELLINO, 2007-b, p. 8).



3.4 SOBRE A FORMA DE (NÃO) PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER

Segundo os participantes da pesquisa, nenhum dos jovens teve, em qualquer situação ou momento, a oportunidade de opinar ou manifestar seus desejos enquanto cidadão sobre as políticas municipais de esporte e lazer. É interessante, porém, que estes jovens não saibam como e nem se organizem para fazer seus interesses legítimos como cidadãos. Aliás, a não participação da sociedade e, particularmente, da juventude nos processos locais de discussão e definição de políticas públicas – de esporte e lazer inclusive – não é um fato observado apenas neste estudo. Os anos de ditadura militar promoveram a desmobilização da sociedade para questões ligadas ao seu cotidiano. A retomada da democracia representativa, no caso municipal expressa pela Câmara de Vereadores, tem sufocado a participação popular nos processos decisórios. Associações, grupos comunitários e outros têm conseguido mobilizar-se apenas por questões pontuais e de solução imediata, por exemplo, quando do aumento do preço da passagem do transporte coletivo.

Além disso, diante de tantas carências da ação pública junto às comunidades mais empobrecidas da cidade, que atende precariamente questões essenciais como saúde e educação, resta ao lazer conformar-se com as sobras dos reduzidos – e, muitas vezes, mal aplicados – orçamentos municipais. De acordo com Ferreira (2003, p.29), quanto ao lazer, “são vários os problemas econômicos e sociais que dificultam a criação de uma população mais crítica e consciente de seus direitos e necessidades”. Isso implica que a maioria da população coloque o lazer em segundo plano em suas reivindicações. Numa imaginária “cesta básica de cidadania”, é provável que o lazer não fosse considerado “gênero de primeira necessidade”. Essa assertiva pode ser corroborada pela quase total ausência de questões relacionadas ao lazer nas pautas sindicais de reivindicações.

Além disso, o lazer-mercadoria e o lazer-espetáculo mexem muito mais o imaginário das pessoas, que talvez ficassem mais satisfeitas com a administração municipal se ela incentivasse a construção de um *shopping* ou de um grande estádio de futebol, ao invés de promover ações diretas como instalar equipamentos de lazer com manutenção periódica nas praças, criar de novos espaços a partir das demandas da comunidade, desenvolver políticas de atendimento às necessidades específicas de lazer da população.



Então, se democratizar o lazer implica em democratizar o espaço, é imprescindível conscientizar a população de que devem ser preservadas as áreas verdes, áreas para o futebol de várzea ou aqueles espaços que originalmente não eram destinados ao lazer, mas que a comunidade ao apropriar-se dele o utiliza para o lazer. É parte imprescindível do processo de conscientização estar cientes de seus direitos e deveres. Neste sentido, uma opção apontada por Ferreira (2003) seria de a Prefeitura e a Universidade agirem conjuntamente, realizando seminários e fóruns de discussões para que o enfoque do lazer não se reduza a prescrição de atividades, de “pacotes” ligados ao mercado consumidor. Com isso, além de promover e capacitar a sociedade a buscar a participação popular nas definições de prioridades, poderia também promover uma formação acadêmico-profissional organicamente ligada aos reais interesses das comunidades, respeitando suas identidades culturais e sociais.

É contraditório, às vezes, falar em participação popular e participação dos jovens se considerarmos que a maior parte deles pensa que grande parte do que acontece na política influi muito pouco na sua vida e que ele, cidadão, não influi na política (ABRAMO; BRANCO, 2005). Trata-se educar para a participação; e isso pode ser desenvolvido através da educação pelo (e para) lazer!

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciando estas considerações finais e atentando à pergunta-síntese do problema de investigação, pode-se inferir que:

- a) os espaços e possibilidades de lazer disponíveis à população na praça Henrique Julio Berger são reconhecidos e valorizados pelos jovens frequentadores deste espaço; todavia, eles percebem diversas limitações e reivindicam melhorias nos equipamentos e nas ações do poder público. Sobretudo, demonstram desejo de participar das discussões sobre políticas públicas para o setor de esporte e lazer da cidade, considerando-se aliados deste processo.
- b) em relação às políticas públicas para o lazer em Caçador, pode-se considerar que elas têm sido fruto de planejamentos tecnocráticos, distante de



discussões amplas e democráticas com a população interessada. Entende-se aqui o democrático como um processo em que a chamada à população é acompanhada de ações concretas que incentivem e possibilitem a todos manifestar-se em condições de igualdade, com possibilidade de debates e acesso livre às informações.

- c) por meio dos apontamentos e contribuições observadas em diversos autores, é possível propor algumas alternativas (razão maior do estudo) no intuito de viabilizar políticas públicas de lazer para a cidade que sejam decorrentes de práticas sociais participativas e comprometidas com os cidadãos.

De acordo com Reis e Starepravo (2008), estas políticas devem concretizar-se fundamentalmente em três vias: disponibilização, acessibilidade e educação. O primeiro item refere-se à efetiva disponibilização de bens culturais, espaços e equipamentos de lazer, bem como a construção, reforma, manutenção e investimentos necessários; o segundo item, a acessibilidade, diz respeito ao oferecimento viável de possibilidade de acesso aos bens culturais (transporte e distribuição geográfica adequada dos equipamentos, além de soluções para os custos financeiros que são cobrados (ingressos para acesso ou compra de equipamentos), o que para muitos é inviável. Por fim, a educação, significa fornecer a formação e os conhecimentos necessários para que o cidadão queira usufruir de diferentes possibilidades de lazer. Atua-se no sentido de incentivar a procura e oportunizar experiências variadas nas práticas de lazer. Acrescenta-se a estes itens o favorecimento e ampliação de mecanismos que concretizem a participação popular.

Os dados da investigação podem oferecer ao poder público “pistas” com múltiplas interpretações e quem sabe, intervenções. A necessidade de envolver a comunidade deve ser prioridade do poder público.

Reconheça-se, enfim, que a atual administração de Caçador tem envidado esforços no sentido de chamar a sociedade à participação; exemplo disso foi na discussão do Plano Plurianual (PPA) discutido em 2009 para os próximos quatro anos. A fim de cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal este plano é elaborado pelas Prefeituras com o intuito de que as ações no município sejam executadas com maior visibilidade e transparência de acordo com a realidade e disponibilidade dos recursos arrecadados, tornando mais

eficiente a administração do dinheiro público. É um instrumento de organização que atende a demanda da sociedade. (AUDIÊNCIA, 2009).

A chamada à participação foi feita inclusive no jornal municipal, informando a data o plano estaria em discussão na Câmara Municipal de Caçador. Ainda segundo o jornal, a população poderia sugerir alterações ao PPA, reivindicar prioridades aos seus bairros e assim poderia acompanhar e exigir o cumprimento das ações previstas no plano, pois somente será executado o que estiver no PPA. Ocupando meia página do jornal, está o convite: “Vamos planejar Caçador para o futuro: a aplicação do dinheiro público está em suas mãos, cidadão caçadorensense, é de acordo com suas sugestões que os recursos serão aplicados. Participe!” Anuncia ainda o endereço, horário e telefone para atendimento ao público.

Na verdade, é clara a intenção de ouvir a população, mas falta educá-la para tal. Há a necessidade de esclarecimento prévio e organização em pequenos fóruns e associações para que os pedidos sejam encaminhados por um representante, uma vez que o acesso das pessoas pode ser limitado.

Concluindo, ressalta-se que as considerações aqui apresentadas são temporárias, pois as possíveis e desejáveis mudanças necessitarão de novos estudos com maior abrangência. A angústia será menor à medida que este estudo possa contribuir para que o poder público (re)pense, (re)construa, (re)crie, adapte, modifique os espaços a fim de humanizar a cidade. Também para que a comunidade não se distancie dos espaços de lazer, das praças. A participação da sociedade, especialmente dos jovens, na definição das políticas públicas de lazer precisa ser conquistada. Os jovens precisam engajar-se a movimentos sociais para aprenderem a ter voz, a reivindicar seu espaço de intervenção. Para que a diversão, o riso, a conversa e a espontaneidade de crianças, jovens e idosos sejam sentidos, vistos e ouvidos. Para que a gratuidade seja oferecida sempre como alternativa possível. Para que o lazer seja prioridade quando se pensar em qualidade de vida do cidadão caçadorensense e, ainda está por vir o momento em que se procurará saber como todos habitantes da cidade pensam e desejam os espaços.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M.- **Retratos da juventude Brasileira:** análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Instituto Cidadania, 2005.



AUDIÊNCIA Pública discute PPA. **Folha da Cidade**. n.3519. Caçador/SC, 2 set. 2009.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BRUHNS, H. (Org). **Introdução aos estudos do lazer**. Campinas: Unicamp, 1997.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Ed., 1994.

CAMARGO, L. O. O difícil conceito do lazer. In: MELO, V. A.; TAVARES, C. (orgs.). **O exercício reflexivo do movimento**. Rio de Janeiro: Shape; SESC, 2006.

DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. **Rev. Bras. Educ.** n.24 p. 40-52, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000300004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 out. 2008.

FERREIRA, A. R. **A compreensão do lazer no planejamento urbano de Goiânia: aproximações históricas**. 2003. 129 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2003.

HACK, C. **Lazer e mídia em culturas juvenis: uma abordagem da vida cotidiana**. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2005.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades: Santa Catarina - Caçador**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidade-sat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: fev. 2009.

LOMBARDI, M. I. **Lazer como prática educativa: as possibilidades para o desenvolvimento humano**, 2005. 88 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2005.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e educação**. Campinas: Papirus, 1987.

_____. Lazer e cultura: algumas aproximações. In: _____ (Org.). **Lazer e cultura**. Campinas: Linea, 2007a.



_____. (Org.). **Espaços e equipamentos de lazer em região metropolitana**. Curitiba: OPUS, 2007-b.

MELO, V. A. **Manual para otimização da utilização de equipamentos de lazer**. Rio de Janeiro: Serviço Social do Comércio, 2002.

_____. Lazer e cidade: reflexões. In: MELO, V. A.; TAVARES, C. (Org.). **O exercício reflexivo do movimento**. Rio de Janeiro: SHAPE/SESC, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

MENICUCCI, T. Políticas públicas de lazer: questões analíticas e desafios políticos. In: ISAYAMA, H.; LINHALES, M.A. **Sobre lazer e política: maneiras de ver, maneiras de fazer**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

PAIS, J.M. **Culturas juvenis**, 2. ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003.

REIS, L. J. A.; STAREPRAVO, F. A. Políticas públicas para o lazer: pontos de vistas de alguns teóricos do lazer no Brasil. **Licere**, v. 11, n. 2, ago. 2008.

ROTTA, A. M. S. “**Se essa praça, se essa praça fosse nossa...**”. **Espaços públicos e possibilidades para o lazer dos jovens de caçador/SC**. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.

WERNECK, C.L.G.; MELO, V. A. Lazer no Brasil: trajetória de estudos, possibilidades de pesquisa. **Movimento**, UFRGS, v.9, n.1, jan./abr. 2003.

